



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 29 DE JUNHO DE 2007**

#### **ACTA Nº 03/2007**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Presidente João Manuel Moniz de Sousa, Anabela da Silva Calisto em substituição do Primeiro Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; André Carvalho Almeida e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto

Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que assistiu à reunião e usou da palavra, no período de intervenção aberto ao público, após os assuntos da ordem do dia.

De seguida passou-se à leitura da acta da segunda sessão ordinária, do dia 30 de Abril de 2007, tendo o membro Rui Ramos referido que a acta não reproduz duas afirmações referidas pelo Senhor Presidente da Câmara que o PSD de Lagoa considera politicamente relevantes, nomeadamente "A Câmara Municipal de Lagoa tem um buraco financeiro" e "A vinda da SATA para o Concelho de Lagoa".

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que eventualmente as citações a que se refere foram feitas num contexto da análise aos Documentos de Prestação de Contas de 2006, tendo ficado registado em acta, um resumo de tudo, o que de essencial se passou, pelo que pôs a acta à discussão, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Rui Alberto Cabral Borges e Luís Miguel Cabral Rego Pires, dos vinte membros presentes no plenário.

Pelos mesmos membros do PSD foi apresentada a declaração de voto que abaixo se transcreve:

"Os deputados municipais do PSD à Assembleia Municipal de Lagoa abaixo indicados não aprovam a acta referente à sessão de 30 de Abril de 2007, pelas seguintes razões:

1. Quando questionado acerca da "necessidade" de inflacionar os orçamentos municipais, não ficou registado em acta a resposta do Sr. Presidente, Eng. João Ponte, na qual reconhecia que tal situação se devia à existência de um "buraco financeiro" decorrente da anterior gestão.
2. Quando se levantou a questão da possibilidade da sede da SATA vir a ser sediada no concelho de Lagoa, como tinha sido sugerido no passado pelo então Presidente da Câmara Municipal Eng.º Luís Martins Mota, não ficou registado em acta a afirmação de que essa era uma situação muito pouco provável porque na altura não havia condições no Tecnoparque para a receber, bem como outras

empresas. Esta infra-estrutura não estava, nem está concluída, o que levou, por parte do deputado municipal, Paulo Amaral Borges, à pergunta se afinal a apresentação do Tecnoparque aos eleitores, na última campanha eleitoral para as autárquicas, como uma infra-estrutura pronta não tinha sido apenas um acto propaganda eleitoral que iludiu os Lagoenses.

3. Perante tal pergunta, não ficou registado em acta a resposta do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente a afirmação que passamos a citar – “não tenho por hábito mentir mas nem sempre digo toda verdade”.

Perante isso, os deputados municipais Leonel Silveira, Paulo Amaral Borges, Rui Ramos, Luís Pires e Rui Borges votaram contra a aprovação da respectiva Acta da Assembleia Municipal.

Os mesmos deputados lamentam o facto do Presidente da Assembleia Municipal em exercício afirmar que, apesar de se lembrar vagamente do assunto, não o considerar significativo de inclusão na respectiva acta.”

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 02 de Maio de 2007 a 29 de Junho de 2007 que se encontra à disposição para consulta.

Pelo membro Albertina Maria da Costa Oliveira, foi recebida comunicação solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 29 de Junho de 2007.

A Mesa considerou justificada a falta.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **VOTOS DE CONGRATULAÇÃO:**

Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi presente o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

“Visando proporcionar formação básica que promova o interesse científico entre as camadas juvenis da comunidade e despertando a vontade para a prossecução do ensino experimental das ciências junto do corpo estudantil do pré-escolar e do 1º ciclo, é fundamental o reconhecimento da Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo da vontade dos cidadãos lagoenses, para com todas as actividades que a Câmara Municipal de Lagoa venha a desenvolver e que se

direccionem para as crianças e jovens, que representam o futuro da Região e do País.

Assim, a Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa propõe um voto de congratulação à Câmara Municipal de Lagoa pela implementação do Projecto "Ciência Divertida" iniciativa pela qual o Presidente da Câmara Municipal foi agraciado com uma condecoração por parte da SCIENCE Internacional, por ser o primeiro Autarca do País a desenvolver este programa, que contou com a participação de 1800 crianças, em todas as escolas do 1º Ciclo, no Concelho."

Pelos membros: Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Leonel Rosa da Silveira; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Luís Miguel Cabral Rego Pires e Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos, foi presente o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

"Os Deputados Municipais abaixo assinados, propõem um **Voto de Congratulação** pelo reconhecimento público da implementação do Projecto "Ciência Divertida" em todas as escolas do 1º Ciclo do Concelho."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos dois Votos de Congratulação apresentados e deliberou, por unanimidade, aprová-los com aclamação.

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

Pelos membros: Leonel Rosa da Silveira; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Rui Alberto Cabral Borges; Luís Miguel Cabral Rego Pires e António Augusto da Ponte Borges, foi presente o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

"Os Deputados Municipais abaixo assinados, propõem um **Voto de Congratulação** pelas diligências do Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Senhor Durval Faria, na implementação de um Núcleo da Liga dos Antigos Combatentes do Concelho, bem como na cedência de um espaço onde funciona a sede do núcleo."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Voto de Congratulação apresentado e deliberou, por unanimidade, aprová-lo com aclamação.

#### **RECOMENDAÇÕES:**

Pelo membro Leonel Rosa da Silveira foram feitas as seguintes recomendações:

- Na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Lagoa da qual faz parte, o serviço de fax não funciona e não existe no edifício daqueles serviços uma caixa de correio, pelo que proponha a colocação de uma caixa de correio naquelas instalações;
- Após uma visita por algumas zonas do Concelho verificou que as bocas-de-incêndio estão mal acondicionadas e mal sinalizadas, pelo que recomendaria a sua correcção;
- Relativamente ao Plano de Emergência do Concelho de Lagoa, sugeria que a situação fosse revista e feita uma actualização de todos os contactos, questionou se estava previsto algum exercício.

Pelo Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, informou que serão tomadas as devidas providências às recomendações apresentadas. Mais informou que o Plano de Protecção Civil foi aprovado pelo Serviço Regional de Protecção Civil e não está previsto nenhum exercício.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **MAUS CHEIROS NO CABOUÇO E ROSÁRIO:**

Referiu o membro Leonel Rosa da Silveira que o mau cheiro vindo dos currais de porcos da zona da Chã do Rego de Água, tem se agravado principalmente quando o vento muda para norte, nas freguesias do Cabouco e Rosário mas acrescentou que não é só daquela zona, há outras explorações e os Serviços de Fiscalização têm que operar.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que tem conhecimento que os maus cheiros que incomodam as freguesias do Cabouco e Rosário são de duas explorações de suínos situadas na zona da Chã do Rego de Água que pertencem ao Concelho da Ribeira Grande e o licenciamento foi da responsabilidade daquela Autarquia. A Câmara tem insistido com alertas da situação dos maus cheiros, junto da Secretaria Regional do Ambiente e o assunto está a ser estudado pelo Jurista e Médico Veterinário ao Serviço desta Câmara.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **PARQUE DE ARMAZENAGEM DE GÁS SITO À TRAVESSA DO PADRE JOÃO FURTADO PACHECO:**

Citou o membro Rui Ramos que a melhor homenagem que podemos fazer aos nossos combatentes, o reconhecimento pelas diligências do Presidente da Junta

de Freguesia do Rosário, na implementação do Núcleo da Liga dos Antigos Combatentes do Concelho, é também reconhecer com actos a defesa destes cidadãos que em nome de Portugal combateram no Ultramar.

É do conhecimento da Câmara Municipal, desde 2005, através do Senhor José Fernando Carneiro Sousa, presente nesta sessão, das irregularidades existentes no Armazém de Gás Butano, pertença do Sr. Dinis da Ponte Rego, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco nº 18, que oferece perigo à população.

O referido parque de armazenagem de gás butano não cumpre as normas da Portaria nº 451/2001, de 5 de Maio, respeitantes à segurança, nem está licenciado de acordo com o Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro.

Expôs que foi promessa eleitoral deste executivo a resolução desta situação e desde 2005 nada foi feito, é da competência do Órgão Executivo tomar medidas cautelares, o PSD de Lagoa não pode nem vai ficar responsável por qualquer incidente que possa ocorrer e referiu que sejam tomadas todas as medidas de segurança. A Câmara deve tudo fazer para salvaguardar e garantir a segurança dos Lagoenses.

O Membro Eduino Manuel da Ponte Rego questionou porquê este assunto só surge em 2005, quando funciona há mais de vinte anos, foi devido às divergências entre o queixoso e o proprietário? Acrescentou ainda que o proprietário do referido estabelecimento também foi um combatente do Ultramar.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que os lagoenses estejam tranquilos porque a Lagoa não está à beira de nenhuma catástrofe e não foram efectuadas promessas eleitorais, sobre esta matéria, conforme se pode verificar nos boletins de campanha então distribuídos.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **REMOÇÃO DE QUIOSQUE:**

O membro Luís Pires referiu que devido às obras da Sede da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural, em Água de Pau, o Senhor Tobias Lopes tinha recebido um ofício da Câmara Municipal a solicitar a desmontagem do seu quiosque de venda de gelados, sito no Largo do Barracão, em Água de Pau, sem ter sido previamente avisado.

Referiu ainda que devido às mesmas obras, não foi correcto por parte da Câmara Municipal, fechar as casas de banho que existiam naquele local, pelo que sem a existência das mesmas, se constata um cheiro lastimável pelas ruas circundantes. Informou o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra que o Senhor Tobias Lopes foi contactado verbalmente pelo Fiscal Municipal que devido à ampliação da Sede da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural, bem como a criação de um novo acesso ao alçado sul do referido edifício, seria necessário proceder à desmontagem do quiosque de venda de gelados, tendo recebido o ofício, posteriormente.

O quiosque de venda de gelados encontra-se implantado na via pública, sito no passeio adjacente à Rua da Trindade e Rua do Mercado na Vila de Água de Pau e não está licenciado, nem foram pagas as taxas devidas.

Devido às obras de ampliação da Sede da referida Sociedade Filarmónica foi necessário ocupar os sanitários públicos. Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que infelizmente aqueles espaços eram utilizados para outros fins e com vandalismo. Todos os cafés existentes no Largo têm instalações sanitárias, pelo que o uso indevido de outros locais, passa por ser uma questão de educação.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal.

Referiu o membro Paulo Jorge Borges que lhe agrada a forma como a informação das actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal têm vindo a evoluir.

Solicitou esclarecimentos sobre alguns assuntos descritos na informação, os quais foram prestados e confirmados pelo Senhor Presidente da Câmara.

Referiu ainda e com agrado que ao fim de 21 anos a Câmara tenha conseguido e com o empenho do Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria, solucionar a aquisição do imóvel sito à Canada das Canecas, para melhoramento do acesso àquela rua.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

**PONTO Nº 2 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE 1.161.914,98 EUROS, PARA O FINANCIAMENTO DE 40% DO VALOR DE AQUISIÇÃO DE 33 FOGOS, SITOS NA LONGUEIRA, SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo da contratação de um empréstimo a longo prazo, no valor de 1.161.914,98 euros, para o financiamento de 40% do valor de aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, cuja informação abaixo se transcreve:

"A fim de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o empréstimo a longo prazo, no valor de 1.161.914,98 euros, para o financiamento de 40% do valor de aquisição de 33 fogos, em regime de habitação social, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, prevendo-se a conclusão dos mesmos no 3º trimestre de 2007 e considerando que:

- Destes trinta e três fogos, vinte e cinco fogos estão assegurados pelo 3º Acordo de Colaboração celebrado em 24 de Abril de 2002, entre a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, este Município e o Instituto Nacional de Habitação. Os outros oito fogos serão assegurados pelo 2º Acordo de Colaboração celebrado em 8 de Fevereiro de 2000, entre a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, este Município e o Instituto Nacional da Habitação, sendo o remanescente dos cinquenta e nove fogos;
- Após consulta às Instituições Bancárias, conforme deliberado em reunião camarária de 5 de Fevereiro do ano em curso, apresentaram propostas as Instituições: Santander Totta; Caixa Geral de Depósitos; Millennium bcp; Banco BPI, S.A. e Banco Comercial dos Açores;
- Feita a análise às propostas apresentadas, a comissão de análise nomeada para o efeito, entendeu que a proposta do Santander Totta que apresentou uma taxa de juro acrescida de um "spread" de 0,0989%, mais baixa do que as outras propostas, ser a proposta mais vantajosa para o Município, para a contracção do empréstimo no valor de 1.161.914,98 euros, para o financiamento de 40% do valor de aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, Santa Cruz;



- De acordo com o nº 5 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais e nº 5 do artigo 33º da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2007, excepcionam-se do limite de endividamento, os empréstimos e as amortizações destinadas ao financiamento de programas de reabilitação urbana, aguardando nesta data, o Município autorização para a contratação do referido empréstimo, por despacho do Ministro das Finanças, conforme processo enviado à Direcção Geral das Autarquias Locais.”

Questionou o membro Leonel Rosa da Silveira porquê a contratação de dois empréstimos para a aquisição dos 33 fogos?

Informou o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra que de acordo com os Acordos de Colaboração, o INH comparticipa com 40%, o Governo Regional dos Açores com 40% e a Câmara Municipal com 20% do valor total dos 33 fogos. Este empréstimo refere-se aos 40% da comparticipação do Governo Regional dos Açores e o outro empréstimo a parte correspondente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar o Município a contrair o empréstimo no valor de 1.161.914,98 euros, para o financiamento de 40% do valor de aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 3 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE 580.957,58 EUROS, PARA O FINANCIAMENTO DO VALOR DOS CAPITAIS PRÓPRIOS, DA AQUISIÇÃO DE 33 FOGOS, SITOS NA LONGUEIRA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo da contratação de um empréstimo a longo prazo, no valor de 580.957,58 euros, para o financiamento do valor dos capitais próprios, da aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, cuja informação abaixo se transcreve:

“A fim de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro,

o empréstimo a longo prazo, no valor de 580.957,58 euros, para o financiamento do valor dos capitais próprios, da aquisição de 33 fogos, em regime de habitação social, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, prevendo-se a conclusão dos mesmos no 3º trimestre de 2007 e considerando que:

- Destes trinta e três fogos, vinte e cinco fogos estão assegurados pelo 3º Acordo de Colaboração celebrado em 24 de Abril de 2002, entre a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, este Município e o Instituto Nacional de Habitação. Os outros oito fogos serão assegurados pelo 2º Acordo de Colaboração celebrado em 8 de Fevereiro de 2000, entre a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, este Município e o Instituto Nacional da Habitação, sendo o remanescente dos cinquenta e nove fogos;
- Após consulta às Instituições Bancárias, conforme deliberado em reunião camarária de 5 de Fevereiro do ano em curso, apresentaram propostas as Instituições: Santander Totta; Caixa Geral de Depósitos; Millennium bcp; Banco BPI, S.A. e Banco Comercial dos Açores;
- Feita a análise às propostas apresentadas, a comissão de análise nomeada para o efeito, entendeu que a proposta do Santander Totta que apresentou uma taxa de juro acrescida de um "spread" de 0,0989%, mais baixa do que as outras propostas, ser a proposta mais vantajosa para o Município, para a contracção do empréstimo no valor de 580.957,58 euros, para o financiamento do valor dos capitais próprios, da aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, Santa Cruz;
- De acordo com o nº 5 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais e nº 5 do artigo 33º da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2007, excepcionam-se do limite de endividamento, os empréstimos e as amortizações destinadas ao financiamento de programas de reabilitação urbana, aguardando nesta data, o Município autorização para a contratação do referido empréstimo, por despacho do Ministro das Finanças, conforme processo enviado à Direcção Geral das Autarquias Locais."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar o Município a contrair o empréstimo no valor de 580.957,58 euros, para o financiamento do valor dos capitais próprios, da aquisição de 33 fogos, sitos na Longueira, freguesia de Santa Cruz, nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 4 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO CONCELHO DE LAGOA, AÇORES:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa - Açores, com a alteração após apreciação pública, relativa aos artigos 25º e 38º que deverão passar a ter a seguinte redacção:

Queima a céu aberto – Artigo 25º - A queima a céu aberto de resíduos sólidos, só é permitida de acordo com a legislação em vigor.

Locais e processos – Artigo 38º - Para o tratamento, valorização e ou eliminação de resíduos sólidos produzidos na área do Concelho, somente poderão ser utilizados os locais licenciados.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa - Açores, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa - Açores, com a informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar o Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa - Açores, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 6 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CANIL MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES E CENTRO DE RECOLHA DE ANIMAIS:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento do Canil Municipal de Lagoa – Açores e Centro de Recolha de Animais, com a informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

O membro Paulo Jorge Borges fez um comentário ao preâmbulo deste Regulamento, em sua opinião “está muito poético” e questionou quem o redigiu e se o Regulamento contempla outros animais domésticos como aves e porcos?

Informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que o presente Regulamento contempla o descrito no mesmo e foi elaborado pelo Médico Veterinário da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar o Regulamento do Canil Municipal de Lagoa – Açores e Centro de Recolha de Animais, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 7 – PROPOSTA - DIVISÃO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO SITO À CANADA DOS CANECOS (NORTE) – LUGAR DA ATALHADA - ROSÁRIO, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO, DEMOLIÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO À REFERIDA CANADA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros, para a aquisição de um imóvel urbano sito à Canada dos Canecos (norte) – lugar da Atalhada - Rosário, para integração no domínio público, demolição e requalificação do acesso à referida Canada, em 2 anos económicos, sendo:

- para o ano 2007 – 5.100,00 € (com a assinatura do contrato de promessa de compra e venda);

- para o ano 2008 – 45.900,00€ (com a celebração da escritura de compra).

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta apresentada de divisão de encargos, pelos 2 anos económicos;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **OUTROS:**

### **SITUAÇÃO FINANCEIRA:**

O membro Leonel Rosa da Silveira manifestou a sua preocupação com o valor das taxas da execução do orçamento. Referiu estarmos a meio do ano e a receita só apresentar um quarto do seu valor total. Questionou como prevê o Senhor Presidente da Câmara executar o restante?

Informou o senhor Presidente da Câmara que as receitas correntes apresentam uma taxa de 40%, e as receitas de capital apresentam uma taxa mais baixa, devido ao atraso do Novo Quadro Comunitário de Apoio.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **HABITAÇÃO:**

Face à notícia publicada a 29 de Maio de 2007, no Site da Câmara Municipal de Lagoa “Câmara de Lagoa preocupada com as pessoas e não com os números” o membro Rui Ramos referiu que há uma imprecisão, o Senhor Presidente da Câmara diz que já apoiou famílias no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada, desde o início de 2006, quando o Regulamento de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa só foi aprovado por esta Assembleia Municipal em Fevereiro de 2007.

Expôs que o Senhor Presidente da Câmara referiu em 2006 que o Concelho de Lagoa precisava de mais Habitação e questionou porque razão a Câmara Municipal só executou apenas a taxa de 12,6% face ao montante orçamentado em plano. Acrescentou que esta resposta tem de ser dada aos Lagoenses e a esta Assembleia que os representa.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal que a Câmara Municipal já possuía um Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada até à entrada em vigor do novo Regulamento, e acrescentou que considera um apoio importante.

Informou ainda que a habitação é uma prioridade deste executivo e referiu as obras que estão em curso, na Longueira, em Santa Cruz, a construção de 33 fogos em regime de habitação social, 30 fogos em regime de habitação a custos controlados e 10 lotes para autoconstrução e na freguesia do Rosário, vão iniciar as infra-estruturas para ampliação do Loteamento de S. Pedro com mais 16 lotes para auto-construção.

No ano de 2006, já se encontrava inscrito em plano o valor da aquisição dos 33 fogos em regime de habitação social, na Longueira que estão a ser construídos este ano e só depois de concluídas as habitações se pode executar a despesa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

### **PARQUE DE ARMAZENAGEM DE GÁS SITO À TRAVESSA DO PADRE JOÃO FURTADO PACHECO:**

Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa residente na Travessa Padre João Furtado Pacheco nº 15, freguesia do Rosário, deste Concelho, alertando os membros desta Assembleia Municipal para as irregularidades existentes no Armazém de Gás Butano, pertença do Sr. Dinis da Ponte Rego, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco nº 18 e que oferece perigo à população, conforme já foi referido pelo membro desta Assembleia Dr. Rui Ramos. Informou que deu conhecimento desta situação, em Agosto de 2005, ao Senhor Presidente da Câmara e dirigiu-lhe uma carta, em 29 de Janeiro de 2007, onde fazia uma queixa/denúncia sobre as irregularidades existentes no referido armazém de gás e que até à presente data, o mesmo continua a funcionar, sem serem tomadas as devidas providências para acautelar a situação de perigo em causa, conforme previsto no artigo 20º - Medidas cautelares, do Decreto-Lei nº 124/97, de 23 de Maio que estabelece as disposições respeitantes à aprovação dos regulamentos de segurança das instalações de armazenagem de gás.

Acrescentou, que sempre que seja detectada uma situação de perigo grave para a saúde, a segurança de pessoas e bens, devem as entidades licenciadoras, tomar

imediatamente as providências para prevenir ou eliminar as situações de perigo. Esta é uma situação que oferece perigo à população e lamenta que a Câmara não actue de acordo com a lei.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara para responder à presente questão, passando este a palavra ao Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria com competência delegada na matéria.

Informou o Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria que o Serviço de Fiscalização da Autarquia deslocou-se ao local e elaborou um relatório detalhado e pormenorizado da situação existente, bem como procedeu a um levantamento de todos os revendedores e parques de armazenagem existentes no Concelho.

Após vistoria técnica efectuada ao parque de armazenagem de gás no estabelecimento comercial supra citado, o ITG - Instituto Tecnológico de Gás emitiu um relatório com o resultado de todas as condições necessárias ao seu licenciamento. Foi notificado o comerciante para dar início ao processo de licenciamento solicitando apoio técnico junto da entidade/empresa que abastece o seu estabelecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

Convidou o membro Gilberto Gouveia Branquinho todos os membros da Assembleia Municipal a assistir a uma Tourada à Corda, no próximo dia 7 de Julho, a partir das 16:00 horas, no recinto do antigo campo de treinos do Campo de Jogos Municipal João Gualberto Borges Arruda, na freguesia do Rosário, um evento organizado pelo Clube Operário Desportivo.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---